

A COMPREENSÃO DO DISCURSO E AS MÍDIAS

Marcio de Lima Pachecoⁱ

Comentário do Editor

Na oportunidade de se fazer crível e útil à compreensão do fenômeno da política e do discurso, a Revista Saridh (Linguagem e Discurso) apresenta, nesta edição (volume 4, número 2 - 2022), uma entrevista com o pesquisador e professor Dr. Marcio de Lima Pacheco, da Universidade Federal de Rondônia. Trata-se de um celebrado momento de fala sobre a compreensão dos discursos e dos motivos destes nas mídias. Com a maestria e a propriedade que lhes são naturais, o professor Pacheco mobiliza em suas respostas a profundidade e delicadeza intelectual que acena, portanto, para o que constitui as amarras e as movências do sujeito no espaço intervalar das práticas políticas do presente.

O professor Márcio de Lima Pacheco é Doutor em Filosofia e Metafísica pela Universidade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP), realizou estágio de pós-doutoramento em Letras, Linguística e Discurso na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e é Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Além de possuir ampla experiência como tradutor de Latim, Grego e Hebraico, o professor Pacheco é Licenciado em Filosofia pela UERN, é Bacharel em Teologia pela Faculdade Católica Dehoniana, é Licenciado em Ciências Biológicas pela FAVENI, Avaliador do INEP/MEC para os Cursos de Filosofia/Teologia/Ciências Biológicas e atualmente é docente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Rondônia.

Com a peculiar expertise de um leitor crítico e amplamente fundamentado em textos clássicos e em diversas fontes de evidente credibilidade, o nosso entrevistado tem extenso e importante engajamento em projetos de pesquisa que abordam o tema do existencialismo, do discurso filoteológico, da liturgia na igreja católica e das traduções litúrgicas na igreja do ocidente. O professor Pacheco participa do grupo de pesquisa Teoria Política Contemporânea, o qual é vinculado ao Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Rondônia.

Na assertividade de suas respostas e reflexões nesta entrevista, o professor Pacheco nos contempla com direções inéditas e singulares sobre as muitas nuances do espaço intervalar de onde se levanta e movimenta o sujeito contemporâneo, no encontro sempre tenso entre política, discurso, subjetividade e mídia.

É como enorme satisfação e profunda alacridade que agora apresentamos as respostas de nosso entrevistado. Seus apontamentos jogam luz à questão ao sujeito e ao imperativo de sua existência no mundo - político - evidenciando as muitas nuances e entrelaçamentos do sujeito com o poder, com os saberes e, sobretudo, com as práticas políticas que lhes são, ao mesmo tempo, constitutivas e basilares.

1. (Revista Saridh) Como discutir a relação discurso e sujeito a partir do que entendemos hoje como política e como engajamento social? É possível destacar efeitos de condicionamento, de constituição nessa relação?

Professor Pacheco: A relação sujeito e discurso é um tema privilegiado e complexo. Antes de tudo, temos que esclarecer o porquê do privilegio e da complexidade, para daí partirmos rumo ao que é sujeito e discurso. Essa relação é privilegiada, pois a noção de sujeito mescla outros conceitos dentro da Análise do Discurso (AD). Esse conceito nos serve, ainda, para adentrarmos no *corpus* selecionado e realizarmos algumas interpretações que mostram os movimentos, efeitos, relação com outros conceitos e sobre o sentido de um determinado discurso. Logo, o sujeito anuncia o *locus* no qual há a conceitualização ao passo que é diferente de outros tipos de sujeitos dentro daquele discurso teórico. O sujeito, desta forma, sempre é rico em informações, para análise textual. Ele sempre nos dá a pensar. Não é algo fechado em si. Complexo, pois, se tomarmos Pêcheux (1988, p. 163) como referência: “o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina”. Esse esquecimento, caminha no sentido do acobertamento do que é a causa no próprio interior de seu efeito. Ele não é no sentido de algo que se tenha sabido um dia e tenha-se esquecido. Assim, o sujeito é constituído de dois esquecimentos: primeiro, centra-se no fato de que “o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1988, p. 173). Isto é, não tem como ser a fonte de seu dizer, apesar de precisar dessa ilusão para enunciar. O segundo é aquele que promove a ilusão de que o sujeito consegue escolher as palavras mais adequadas para se expressar, colar seu pensamento às palavras, imprimir literalidade de sentidos aos enunciados e controlar os sentidos. Eis o privilegio e a complexidade do sujeito.

Tendo esclarecido o que é o sujeito, podemos, agora, dizer o que é o discurso. Maingueneau (2008) concebe o discurso como: uma organização que ultrapassa os limites da frase; é uma forma de ação; é uma interatividade, ou seja, constrói-se através de dois ou mais parceiros; é construído de maneira contextualizada; só é reconhecido, de fato, como discurso se for assumido por um sujeito; o discurso, então, é regido por normas; só adquire sentido depois de imerso em um interdiscurso, não há sentido no discurso sem interdiscursividade e, por fim, o discurso constrói seu sentido de maneira social.

Em nossos dias, temos que “o discurso é como um jogo estratégico que provoca ação e reação” (BRANDÃO, 2004, p. 7), principalmente dentro do campo político. Assim, o discurso tem a característica da terceira lei newtoniana de ação e reação porque ele é esse terreno de múltiplas vozes, múltiplos lugares e que possibilita múltiplos olhares, tornando-se, assim, uma disciplina com vasto campo de investigação. Não seria diferente quando abordamos a relação do sujeito, discurso, política e engajamento social. Quando tomamos o surgimento da Análise do Discurso na década de 60, mais precisamente revista *Langages*, intitulada ‘A Análise do Discurso’ e com o livro *Análise Automática do Discurso* de Pêcheux, notamos que o núcleo dessas pesquisas foram os discursos políticos que eram produzidos por linguistas e historiadores como metodologia associativa entre a linguística estrutural e uma teoria da ideologia, que era, por sua vez, inspirada por uma leitura de Lacan, Marx, Althusser.

Se tomarmos o propósito da AD, teremos que o seu objeto inscreve-se, conforme Brandão (1998, p. 40), “na relação da língua com a história e buscando, na materialidade linguística, as marcas das contradições ideológicas”. Desta maneira, o discurso, advento da AD, é visto não mais como uma revolução cultural, uma materialidade linguística, mas como produção social, produção do imaginário.

Nesta linha, Cornelius Castoriadis colocou que o conceito de política é uma atividade coletiva explícita que pretende ser considerada lúcida e refletida tendo como objeto

a instituição da sociedade enquanto tal, isto é, a política surge quando é posta em questão a validade das instituições jurídicas. O móvel da política, pondo às claras os termos do problema, é a criação de novas significações. Quando nos vemos na premência de criar novas significações, dotando de sentido as instituições sociais, temos a necessidade da imaginação, como a capacidade de propor novas formas políticas.

O homem contemporâneo, dentro da democracia, está inserido dentro de um corpo político mediado pelos meios de comunicação, principalmente pelas redes sociais. Esse homem tem o modelo do burguês liberal, um inerte político (recebe e consome tudo via instagram, youtube, twitter sem ao menos refletir sobre o que foi sabido por aqueles meios) em sua ação prática, um indiferente à realidade, um irresponsável e despreocupado que produz na semana e distrai-se consumindo o que a internet lhe dar. Ao mesmo tempo em que o homem consome tudo o que a internet lhe oferece, seu ativismo se perfaz nas redes sociais. Um ativismo frio, irrefletido, que “ameaça o mundo” com palavras sem sentidos. Ele se coloca longe, do terreno lamacento da realidade. Prefere a seguridade anônima ou não do seu perfil. Desdenha do jurídico, das instituições, da existência humana e de tudo quanto vai contra ao *seu ctrl C, ctrl V*. Tal é o engajamento político do homem contemporâneo: Superficial.

A Universidade tem uma importante função que é a de promover projetos acadêmicos de discussão e reflexão dos problemas do Homem, identificar a função discursiva dentro da sociedade, mostrar como os arranjos discursivos, para a vida coletiva, é um produto do nosso imaginário, como instituições do mundo ético, cultural. Somente, assim, dentro de uma reflexão sobre o que nos rodeia e ancorado em uma concepção de Mundo, podemos iniciar a tarefa de construção de um projeto político de autonomia do sujeito.

Dito isso, nota-se que o discurso é visto como uma estrutura subjacente que é formada por uma ideologia, uma história. E o texto, como uma estrutura de superfície, é elemento de superfície. Assim, a ideia básica é a de que, nos textos que todos os dias notamos nas

plataformas virtuais, tem-se a erupção do discurso: os “sentidos” produzidos a partir de uma ideologia. A AD objetiva, daí a sua importância, recuperar a estrutura, a ideologia, a história para construir a unidade do texto. Assim, ao tentar descobrir como as formações sociais constituem os discursos, é possível perceber como as condições de produção são estruturadas e como circulam.

Se pudesse indicar autores que possam dar conta de uma análise do discurso indicaria seis: Dominique Maingueneau, Paul Ricoeur, Gabriel Marcel, Cornelius Castoriadis, Michel Foucault e Ruth Amossy. Apensar de quatro desses não estarem inseridos na tradição de análise do discurso, a leitura que eles fazem dos discursos é de fundamental importância para compreendermos o nosso tempo, angústia e nossa existência.

Acredito que, para uma melhor popularização da AD, a Universidade deveria fomentar um *Podcast* ou pequenos vídeos semanais nas mais diversas plataformas midiáticas, no qual se analisasse quatro ou cinco discursos expressivos da semana. Esses discursos poderiam ser de políticos, cantores, atores, pessoas em geral, visto que, conforme Ricoeur (1986, p. 236): a ação humana, sua fala, bem como o discurso textual, permite, portanto, ser matéria de interpretação. Ou seja, transformar a virtualização da linguagem em algo compreensível ao grande público, não somente por argumentos racionais, mas, também, por convicções ponderadas, pois, não há como desvincular o discurso: do mundo, da alteridade e do si mesmo.

2. (Revista Saridh) Considerando a marcação e constituição política do sujeito social, por que se torna tão necessário dar espaço aos estudos (linguísticos, filosóficos, literários) que se propõem a abordar as práticas discursivas do cotidiano e os sentidos delas provenientes?

Professor Pacheco: Partamos do discurso político. Charaudeau (2006, p. 268) nos diz: “O discurso político é sempre um discurso dirigido e, ao mesmo tempo, os receptores deste

discurso, os cidadãos, são parte integrante dele. É a razão pela qual podemos dizer que os povos são responsáveis (corresponsabilidade massa-elites) pelo regime político no qual eles vivem, por opinião pública interpоста”.

O enunciador tem como proposta a construção de uma opinião pública a respeito da importância do eleitor na medida que elege seus representantes. Esses deveriam tomar decisões que privilegiassem a população. Mas, não é isso o que vemos acontecer.

Os políticos utilizam, em seu discurso, a argumentação retórica, persuasão, a ironia, o apelo ao sagrado, o apelo sentimental entre outros. Ou seja, aquele que discursa no mundo político se utiliza de características para convencer aquela pessoa que a ouve. As características desse discurso, podemos resumi-las em três: o *logos* corresponde ao argumento, o próprio discurso daquele que pronuncia; o *ethos* são as virtudes, o caráter moral do orador, a imagem que passa o orador, bem como sua autoridade no assunto. O discurso, assim, envolve outros aspectos: a forma de vestir, a maneira de ser, a entonação da voz. Por esses aspectos, a chance de deixar-se seduzir pelo discurso é muito maior, aderindo assim com mais facilidade as suas ideias. O que recai naquele adágio Romano: “*À mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta*”. Dessa forma, a reputação do orador independe da mensagem proferida naquele momento e sim de um conjunto de fatores que englobam a enunciação desse discurso.

Do argumento à imagem, a terceira característica é o *pathos* no qual incorre a emoção. Os gestos e linguagem corporal, entonação e empatia ao se tornar visíveis são apelativos ao poder retórico do discurso. Tudo se volta ao sentimento, pelo qual tenta conquistar aquele que ouve pelas demonstrações de proximidade, de preocupação com os seus desejos, de empatia como o sofrimento.

Diante destas três características, nota-se que há uma profunda importância no estudo linguístico em todos os níveis da educação. É necessário que o sujeito social saiba

identificar as mais sutis nuances do discurso, a fim de que não seja enganado. Afinal, como diria Agostinho de Hipona (1986, p. 48), encontrei muitos que quisessem enganar, mas, ninguém que quisesse ser enganado.

Tomando a minha fala anterior, é importante notarmos que o político é paradoxal: ele pode ser objeto do maior bem, em uma perspectiva de uma *vie bonne* (vida boa) com e para outros nas instituições justas conforme Ricoeur, garantindo que cada um usufrua seus direitos de forma tal, que se possa manter o equilíbrio de uma em comunidade política. Esse equilíbrio está vinculado à igualdade na distribuição das vantagens e desvantagens. Estou tratando aqui, como Paul Ricoeur, também não, de igualitarismo, mas de igualdade proporcional, como forma de não favorecer demasiadamente alguns, prejudicando os outros; esse mesmo político, pode ser objeto do maior mal. Mal esse que é aquilo que não deveria ser feito, donde decorre sua condenação, pois fazer o mal, é fazer sofrer um outro.

Esse mal é expresso na violência: da forma doce da influência à forma extrema da tortura, do uso da ameaça ao assassinato em massa e ainda de uma política do esquecimento como: omissão e negação; manipulação e direcionamento; destruição; fabricação de consensos; manipulação política e ideológica; impunidade. Tudo isso conduzi à “diminuição ou destruição da capacidade de ação de outrem”. Isto é, está associado à atomização do corpo social: ele se impõe sempre nas nações cujos povos encontram-se “informes”. Não há como existir “cidade feliz” sem a participação dos homens na vida coletiva (Cf. RICOEUR, 1991, p. 202).

Em meus escritos de 2002 à 2008, principalmente em um livro intitulado *A preservação arquitetônica, cultural e filo-teológica promovida pela Administração Apostólica São João Maria Vianney (1981-2005)*, que foi revisado pelo Estêvão Bettencourt (1919-2008), abordei incessantemente a temática do discurso político na esfera religiosa e da luta da Associação Sacerdotal contra o esquecimento de uma Tradição e das visões instituídas pela

história oficial. Tal escrito pretendia romper com o caráter ideológico e alienante de um discurso sobre a memória oficial, possibilitar o fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil e, assim, destacar que as políticas da memória reconhece que existe uma memória de resistência construída pelas classes populares ou de um determinado grupo.

Essa memória construída pelos movimentos sociais irrompe dos *subterrâneos* da história como uma memória de resistência. Resistência de um grupo, que eu mesmo faço notar deve ser a mesma de nossa sociedade, à imposição de saberes e imaginários coletivos que acabaram sendo assimilados pelos indivíduos negando a esses mesmos indivíduos e à sociedade, especialmente às classes populares, o direito ao passado.

Em um rápido fechamento desse ponto, faço notar que deveríamos ler, um autor que me é muito caro, Maurice Halbwachs (1877-1945) a fim de compreendermos como o discurso político, em grande parte, instrumentaliza o esquecimento, amordaçando as memórias, em vazios narrativos de discursos oficiais, e reivindicações da população.

3. (Revista Saridh) Que configuração adquire o discurso no seio da prática política do tempo de hoje e o que caracteriza a língua como vetor que potencializa tal construção?

Professor Pacheco: Em primeiro lugar temos que definir o que é discurso político e diferencia-lo da dimensão política. O discurso político é segundo Fiorin (2009) o que concerne ao Estado em oposição ao privado. Já a dimensão política do discurso se refere à construção da consciência das pessoas. Essa consciência se faz na comunicação entre os indivíduos da sociedade. Nesta comunicação se apreende o mundo. A apreensão é histórica, na qual é captada a realidade das vozes sociais em que esse indivíduo está imerso. Deve-se notar que essa captação faz do sujeito um ser dialógico. Interiormente, o indivíduo é contraposto às diversas vozes que lhe colocam em uma situação de concordância ou discordância em relação ao mundo que o cerca. Diante disso, a consciência vai se modificando conforme o convívio com o mundo que o cerca. Mas,

temos que nos perguntar: será que, com a rapidez das informações e da comunicação, o indivíduo tem modificado a sua consciência em vista das ciladas dos diversos sofismas, *fakes news*, que são reverberados hoje? Não estaríamos, hoje, devido a dinâmica comunicacional, expostos a estímulos visuais rápidos e sorrateiros e a pensamentos bem construídos racionalmente capaz de fazer do bem um mal e vice-versa? É certo que em nossa época, o espectador, pode, passivamente, absorver o discurso político sem se dar

conta que há uma exploração econômica, religiosa, social, no qual reafirma-se apenas um dos lados da discussão. Esse discurso pode enveredar por um discurso de ódio, que estigmatiza um indivíduo ou grupo a partir de notícias falsas, que tem um único propósito: atrair a atenção da pessoa para desinformar ou obter vantagem política ou econômica. Torna-se difícil a averiguação das *fakes news*, pois a rapidez comunicacional faz com que ela seja distribuídas, muitas vezes, rapidamente e sem o mínimo de reflexão por parte da população, ocasionando, assim efeitos devastadores na sociedade. Mas, isso será um assunto a ser discutido em um Projeto de Pesquisa intitulado *A maldade das falas dos bons: uma Análise do Discurso Político nas Eleições de 2022*.

4. (Revista Saridh) Na amplitude da importância e contribuição que a investigação linguística de base discursiva confere para a compreensão do fenômeno da subjetividade, da constituição de sujeitos críticos, politicamente conscientes e socialmente engajados, que direções devem ser tomadas para a seguridade de pesquisas que relacionem a língua na interface da política e da sociedade?

Professor Pacheco: A pergunta é por demais instigante. Ao espírito do senso comum, ela poderia passar despercebida. Contudo, em vista da noção de subjetividade, como diz Narrog (2012, p.02) “(...) e subjetivização, faz os linguistas terem calafrios. Pois, O próprio conceito de subjetividade parece contradizer a ideia da Linguística como um empreendimento científico e impedir o estudo objetivo.” Logo, esses dois conceitos são demasiados vagos e amplos a ponto de não podermos distinguir entre itens subjetivos e

itens objetivos. Não cabe aqui fazermos um apanhado histórico desses dois conceitos, mas cabe refletirmos se a constituição dos sujeitos críticos se relacionam com linguística.

Temos que notar os sujeitos críticos se relacionam com a sua língua e a história. Eles devem ser capazes de atuar e agir sobre os problemas reais que existem dentro da sua realidade. Ou seja, modificar não só a si, como a sociedade os cerca. Nisso, é necessário

pensarmos que os sujeitos críticos tem que ser capazes de julgar racionalmente seus próprios atos e de estimar suas ações como boas ou más. Tudo isso, passa pelo discurso político que possamos ter tanto no seio familiar como em outras instituições de poder.

O que queremos dizer com isso? Queremos dizer o mesmo que Pêcheux, que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: no qual o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Há uma espécie de força invisível que nos molda, nos normatiza, nos enforma por meio de ideologias. Dito isso, tenho que me perguntar: a ideologia que sigo é mais forte que a busca de uma reflexão sobre os discursos e a realidade que vivencio? É possível que a pandemia tenha nos colocado diante de nossa realidade angustiante. Mas, até quando esse impacto com a realidade permanecerá em nós?

5. Considerando o trânsito de dizeres e vozes e as condições em que se encontra a educação pública brasileira hoje, é possível vislumbrarmos a escola como um espaço político, intervalar e produtivo? No sentido político de sua ação, é a escola pública capaz de atender a formação plena do educando, o que envolve pensar, por exemplo, a capacidade de observar a si mesmo como agente produtor e replicador de discursos?

Professor Pacheco: Sim, é possível. Mas, essa possibilidade somente pode se dar com conteúdos que sejam trabalhados em vista de que os indivíduos sejam partícipes da

construção das decisões cotidianas. Ou seja, a ação política é inerente ao processo pedagógico, no que tange à preservação da cultura ou da mudança social.

A escola tem um importante papel, principalmente hoje, com a ascensão das mídias sociais. Esse papel é o de demonstrar as contradições contidas nos mais diversos discursos. As mídias sociais devem ser um importante instrumento para análise da realidade que nos cerca. Lê o que se publica nas mídias deve ser um importante passo na reflexão do cotidiano. É importante educar o discente para que não haja apenas um ser “retwitador” das informações, mas, como aquele que pensa e age sobre a realidade.

6. (Revista Saridh) Considerando o papel da mídia e a capilaridade de seu poder na dimensão da vida cotidiana e contemporânea, e levando em conta o efeito de demérito vinculado à atividade política no cenário nacional, como o sujeito social pode se colocar na posição de crítico, de questionador das verdades e formas de dizer a história? Que impactos e implicações podem ser assinalados nesse tocante?

Professor Pacheco: A mídia, hoje, tem um papel essencial, a célere comunicação das informações. Contudo, com a rapidez da informação, há o perigo que essa seja escrita, falada, mostrada de maneira parcial e errônea. O sujeito social tem que fazer uma reflexão sobre o que foi escrito, dito e mostrado, para daí retirar um pensamento se aquilo é daquela forma ou não. Dessa maneira, o sujeito tem que tomar consciência de que tudo que é mostrado pela mídia é dependente das relações de poder que são constituídas. Nada, hoje, é mais enganoso que a certeza irrefletida por nós das informações midiáticas. O sujeito tem que se prestar à reflexão daquilo que ler, que ouve, que nota. Pois, como diz Borges e Oliveira (2011, p. 312), “[...] nenhuma informação é neutra ou tem [...] melhor qualidade que outra; isso depende do contexto político, econômico e social e dos propósitos dos atores envolvidos”.

Tenho um artigo que pode nos fazer compreender essa atual conjectura. Recomendo que leiam *L'analyse de la contemporanéité: les discours des plateformes de communication*. Nesse exploro, à luz da Análise do Discurso, o conceito de pós-verdade como fenômeno emocional dentro de um cenário epistemológico.

7. (Revista Saridh) Observando que o contexto pandêmico atual é vetor capital para a produção de saberes e para o trânsito de verdades e práticas vinculadas a polos de poder, qual o papel da universidade nessa conjuntura de acirramento político e de efervescência ideológica? É o sujeito produto da prática política ou é a prática política efeito da atividade política dos sujeitos do tempo presente?

Professor Pacheco: A Universidade tem por dever mostrar à sociedade os dados científicos que corroborem com a verdade. Porém, essa verdade deve ser clara ao público. A informação deve chegar de maneira que todos possam absorver o conteúdo administrado. Os dados científicos não são claros a maioria da população. Os termos técnicos, não são compreendidos pela grande parte daqueles que ouvem ou leem algum artigo científico, por exemplo. Há de criar uma relação linguística com o leitor para que ele compreenda tudo que foi ali exposto. Podemos como pesquisadores nos perguntarmos: Por que os *podcasts* fazem tanto sucesso enquanto há, por outro lado, uma aversão aos dados proferidos pelo meio científico?

A meu ver, são as práticas políticas que constituem o sujeito, pois a identidade desses se constituem enquanto portadores das dimensões históricas, institucionais, socioculturais, físicas, ética, cognitiva, afetiva e social. Essas práticas implicam em decisões e ações que envolvem o destino das pessoas. Destino esse que tem por objetivo a política, a ideologia e a moral.

8. (Revista Saridh) Considerando a fulcral necessidade de incentivo à formação de sujeitos críticos, leitores da realidade e atentos às peripécias do discurso político-midiático, como você analisa o espaço dado ao trabalho de pensar e refletir sobre a língua, discurso e política (via componentes curriculares, projetos de ensino, pesquisa e extensão) nos cursos de graduação e de pós-graduação no Brasil?

Professor Pacheco: Devemos ter por base que a formação de sujeitos críticos passa pelo desenvolvimento das competências de análise informacional. Essas devem visar ao uso racional, crítico, reflexivo e ético das informações, inclusive aquelas disseminadas pelas diversas mídias. Uma leitura crítica dos conteúdos políticos-midiáticos é tarefa essencial da chamada *media literacy*, que dispõe de metodologias e técnicas pedagógicas próprias. Ela é importante para o enfrentamento das *fake news*. Mas, o que é essa tal de *Media Literacy*? Nada mais é que a alfabetização midiática e informacional, que vai além daquilo que as terminologias significam individualmente. A ideia é alcançar uma noção unificada que abranja tanto elementos da alfabetização midiática como elementos da alfabetização informacional.

Por um lado, a alfabetização informacional deve enfatizar a importância do acesso à informação e à avaliação do uso ético dessa informação. Por outro, a alfabetização midiática enfatiza a capacidade de compreender as funções da mídia, de avaliar como essas funções são desempenhadas e de engajar-se racionalmente junto às mídias com vistas à autoexpressão.

Em outras palavras, a *media literacy* é uma área multidisciplinar que foca em reflexões e análise crítica a respeito da relação entre elementos do processo de comunicação – os produtores, o processo produtivo, a recepção das mensagens, entre outros elementos. Se ela tem esse peso, cabe à universidade, a partir de uma curricularização da extensão, alcançar tantos os discentes dos mais diversos cursos e níveis educacionais como a população como um todo.

9. (Revista Saridh) Considerando que todo discurso reclama um referencial extralinguístico de forma a estabelecer seu próprio quadro de legitimidade, de identidade e de subjetividade, existe espaço para pensarmos, na arena política, um lugar de positividade e de veridicção para o sujeito-professor? Que vozes e verdades em rede caminham nesse sentido?

Professor Pacheco: Essa é uma pergunta bem interessante. O que é a verdade? Podemos notar que ao longo da história, ao falarmos sobre a verdade, falamos não só de seu conceito, mas, de seus critérios e condições. Nisso, Tomás de Aquino estava correto quando disse que a verdade é *adequatio intellectus ad voluntatem* (A adequação do intelecto à vontade). É claro que nessa frase o autor tem como cenário ontológico de fundo a realidade como termo da ação criatural divina e para a qual o conhecimento humano se inclina, com o intuito de apreendê-la e de poder emitir um juízo verdadeiro e adequado a seu respeito. Contudo, esse autor é um leitor de Aristóteles, principalmente, da frase: “todos os homens, por natureza, desejam conhecer” (ARISTÓTELES, 1980, p. 21). Nessa frase, podemos notar que não basta conhecer algo para desejar-lo. Desejamos algo porque é bom para mim e não porque o que é desejado é bom. Logo, é necessário que a verdade não seja apenas um objeto cognitivo, mas que se torne um objeto de desejo de nossa natureza. O professor pode e deve ser esse referencial da verdade para a sociedade no tocante ao processo formativo do caráter social, pois aqueles que se colocam em via da educação deve colocar-se em vista da verdade, ou seja, uma operação judicativa da razão.

10. (Revista Saridh) Ao agradecermos muito sincera e cordialmente por sua atenção e disponibilidade em nos prestigiar com essa entrevista, deixamos aqui aberto este espaço para suas considerações finais.

Professor Pacheco: Em primeiro lugar, agradeço imensamente o convite que a *Revista Saridh* me fez e gostaria de dizer que todas as obras aqui citadas podem ser acessadas

junto ao meu lattes. É só colocar: Marcio de Lima Pacheco Lattes. Em segundo lugar, explanar sobre discurso, política, língua e Análise do Discurso é por demais instigante, pois estamos imersos nesses termos e muitas vezes não nos damos conta. Em um ano como esse, torna-se imprescindível sempre, acuradamente, interpretarmos e analisarmos o discurso político (dos Parlamentares) que nos chegam pelas mais diversas plataformas de comunicação. Pois, esses “discursos são jogos de máscara”, como já diz Charaudeau.

Esse jogo que não pode e não deve ser apreendido ao pé da letra (nas promessas retóricas). Esse deve ser compreendido como um produto de estratégia para se chegar ou se manter no poder. Devemos sempre ouvir o que diz aquela informação e refletirmos: Quem disse? Qual a sua intenção? Quais as fontes do que foi dito? Quais as contradições do que foi dito? Em algum momento, diante das informações midiáticas que correm rapidamente e são avidamente consumidas e compartilhadas sem a menor reflexão, não nos dá uma ideia que vivemos dentro do *Epigramas* de Marcus Valerius Martialis (38-104) em um conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, que interagem em uma conjuntura, sendo que é necessário uma heterogeneidade textual que possibilite várias vozes, vários tons, várias parotopias enunciativas dentro do dialogismo a fim entender a obscuridade que está nos subentendidos e pressupostos de um texto, de uma fala, de um *meme* o que lhe confere grandeza e importância?

Nessas ingênuas perguntas tempos que notar qual foi o discurso inicial, original, o Discurso Constituinte, daquela informação, que “designa fundamentalmente os discursos que se propõem como discursos de Origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesmo.” (MAINGUENEAU, 2006, p. 60). Ao nível do discurso constituinte (discursos religiosos, literários, filosóficos, científicos, religioso, etc.); e ao nível de cada produtor de texto relevante de um discurso constituinte, em que o falante deve gerir uma impossível identidade por meio das formas de pertença e não pertença da sociedade. Nisso notamos que os discursos constituintes não são uma zona de produção homogênea e não podem ser tratados hierarquicamente como se faz com os gêneros do discurso, pois eles

gestionam as práticas discursivas que o estruturam. Os traços desses discursos tem se difundido de forma muito crescente, principalmente com o surgimento da internet. O problema, agora, não está mais em como organizar toda as informações dadas, mas sim em definir critérios do que é relevante ser guardado para o futuro, uma tarefa difícil diante a erupção informacional que temos.

Somente após fazermos uma reflexão sobre o discurso político, podemos vislumbrar que ele contribui para a legitimação do próprio campo em que se inscreve, seja explícita ou implicitamente, esse discurso apresenta propriedades. Essas mostram que o agente político possui uma visão clara e ordenada da realidade social; que ele pressupõe sua credibilidade e fundamenta seu dizer e seu fazer na vontade de uma coletividade que lhe reconhece a competência e lhe outorga a legitimidade; e que a classe política reivindica uma certa exclusividade na administração da sociedade; e produz identidades coletivas que transcendem os interesses individuais. Ao final, cabe apenas uma pergunta: você está disposto ser enganado pelo discurso político e pelas *fakes news* apenas pela acídia de buscar por veracidade sobre as notícias recebidas e na curiosidade pelo acesso à notícia?

Referências

- AGUSTÍN, San. Confessionum libri tredecim (1º): 1-123. In: *Obras Completas de san Agustín*. Ed. bilíngue. Trad. de Lope Cilleruelo. Madrid: La Editorial Catolica/BAC, 1986. Tomo XIII.
- AMOSSY, Ruth. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- AQUINO, Tomás de. *Verdade e conhecimento*. Seleção, tradução e introdução de Luiz Jean Lauand e Mario Bruno Sproviero. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 390 p.
- AQUINO, Tomás de. *Sobre el principio de individuación*. Introducción, traducción e notas de Paulo Faitanin. Pamplona: Universidade de Navarra, 1999, 104 p. (Cadernos de Anuário Filosófico, n. 85).
- ARISTÓTELES, *Metafísica* vols. I, II, III, 2 ed. Ensaio introdutório, tradução do texto grego, sumário e comentários de Giovanni Reale. Tradução portuguesa de Marcelo Perine. São Paulo. Edições Loyola. 2002.

- BORGES, Jussara; OLIVEIRA, Lídia. *Competências infocomunicacionais em ambientes digitais*. Observatorio (OBS*) Journal, Portugal, v. 5, n. 4, p.291-326, 2011.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- BRANDÃO, M.H.H.N. *Subjetividade, Argumentação e Polifonia – A propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana - Revista de Estudos do Discurso*, v. 1, n. 1, p. 115-126, 2009. Tradução. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3002/1933>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*, 2ª ed. Paris: Presse Universitaires de France, 1968.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARCEL, Gabriel. *Philosophe et témoin de l'espérance*. Montréal, Presses de l'Université du Québec, 1975.
- MARTIALIS, Marcus Valerii, *Epigrammata*. Lipsiae: Wentworth Press, 2019.
- NARROG, Heiko. *Modality, Subjectivity, and Semantic Change. A Cross-Linguistic Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2012. vi + 333.
- PACHECO, Marcio de Lima. *L'analyse de la contemporanéité: les discours des plateformes de communication*. Chatres : Université, 2017.
- PACHECO, Marcio de Lima. *A preservação arquitetônica, cultural e filo-teológica promovida pela Administração Apostólica São João Maria Vianney (1981-2005)*, São Paulo: Matriks, 2008. 320p.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas: Pontes, 1988.
- RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000. (Collection L'ordre philosophique).
- RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1983. (Collection Essais, I).
- RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1985. (Collection Essais, III).
- RICOEUR, Paul. *Du texte à l'action*. Essais d'hermeneutique II. Paris: Seuil, 1986.



ⁱ Professor Adjunto do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal de Rondônia.

E-mail: ppachecus@hotmail.com

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3757823723460546>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3902-2680>